

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS DA DOCÊNCIA COM A IMPLANTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO.<sup>1</sup>**

SOUZA, Neide Maria Candido.<sup>2</sup>

OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima.<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O trabalho em questão aborda os desafios enfrentados pelos docentes da educação básica, especialmente na disciplina de Geografia, com a implantação do Novo Ensino Médio (NEM), cuja orientação é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC,) portaria nº 1.570 de 2017 e tem como Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) a resolução nº 3 de 2018. A BNCC é um documento normativo para a construção curricular do Ensino Médio em todo o país, definindo as habilidades e competências que devem ser ensinadas. A implantação do NEM, tem impactado a autonomia dos docentes da Educação Básica causando fragilidades na aprendizagem de estudantes. Com a reforma do NEM a disciplina de Geografia, passou a integrar a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), e tem a sua carga horária reduzida significativamente o que prejudica a compreensão e o aprofundamento dos conteúdos geográficos. O esvaziamento curricular de temas importantes para a formação básica dos estudantes sobretudo da construção do pensamento geográfico tem sido outro ponto de atenção com a reforma do NEM. Autores estudiosos do Ensino de Geografia, ressaltam a importância da Geografia Escolar e da interdisciplinaridade na formação dos estudantes, enquanto a reforma do Ensino Médio, está na contramão desse pensamento com uma formação voltada para o mercado de trabalho. Nesse trabalho, que é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, foi utilizada a abordagem qualitativa, envolvendo análise documental e revisão da literatura, para entender os desafios enfrentados pelos docentes gerados por esses documentos e que ao final da investigação pretende-se ressaltar possíveis alternativas para superá-los. Com esse propósito, o trabalho, propõe a reflexão sobre desafios docentes para garantir o ensino de Geografia e suas especificidades com a implantação da BNCC e do Novo Ensino Médio. Defende-se que ao identificar desafios ampliam-se perspectivas de identificar possíveis intervenções que podem viabilizar alternativas consistentes de superá-los para que se garanta um ensino de Geografia significativo socialmente.

**Palavras-chave:** Ensino da Geografia- Geografia Escolar- Novo Ensino Médio

### **RESUMO**

### **ABSTRACT**

The work in question addresses the challenges faced by basic education teachers, especially in the Geography discipline, with the implementation of the New Secondary Education (NEM), whose orientation is the National Common Curricular Base (BNCC,) ordinance nº 1,570 of 2017 and has as National Curricular Guidelines for Secondary Education (DCNEM) resolution no. 3 of 2018. The BNCC is a normative document for the construction of secondary education curriculum across the country,

<sup>1</sup> Este artigo é parte de um projeto de pesquisa de Mestrado em andamento.

<sup>2</sup> Pós- Graduação Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Jataí -GO. E-mail: neide.souza@discente.ufj.edu.br

<sup>3</sup> Coordenadora da CARD - Coordenação de Currículo, Avaliação e Revalidação de Diplomas-PROGRAD Vice-Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia- Presidente do NDE do Curso de Licenciatura em Geografia Coordenadora do Laboratório de Ensino de Geografia (LEGE) Universidade Federal de Jataí. E-mail: suzanarili@ufj.edu.br



defining the skills and competencies that must be taught. The implementation of the NEM has impacted the autonomy of Basic Education teachers, causing weaknesses in student learning. With the reform of the NEM, the Geography subject became part of the area of Applied Human and Social Sciences (CHSA), and its course load was significantly reduced, which hinders the understanding and in-depth understanding of geographic content. The curricular emptying of important themes for the basic training of students, especially the construction of geographic thinking, has been another point of attention with the reform of the NEM. Authors who study Geography Teaching highlight the importance of School Geography and interdisciplinarity in the training of students, while the reform of High School goes against this thinking with training focused on the job market. In this work, which is part of a master's degree research in development, a qualitative approach was used, involving document analysis and literature review, to understand the challenges faced by teachers generated by these documents and at the end of the investigation we intend to highlight possible alternatives to overcome them. With this purpose, the work proposes reflection on teaching challenges to guarantee the teaching of Geography and its specificities with the implementation of the BNCC and the New High School. It is argued that by identifying challenges, perspectives for identifying possible interventions that can enable consistent alternatives to overcome them are broadened to ensure socially significant Geography teaching.

Keywords: Teaching Geography- School Geography- New High School

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contribuir com a discussão sobre os desafios da atual política de ensino que foi aprovada por lei em 2017, que culminou na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica especificamente para o Ensino Médio (BRASIL, 2018). A implantação da BNCC tem se demonstrado de caráter normativo e regulatório cujo objetivo é direcionar quais os conhecimentos, habilidades e competências devem estar presentes nos currículos do Ensino Médio de todo o país.

Discutir sobre as mudanças trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o Novo Ensino Médio, aprovada em 2017, e regulamentada pela Resolução CNE/CEB nº 3/2018 em nível nacional e pelo Documento Curricular de Goiás - Etapa Ensino Médio (DC-GOEM, GOIÁS, 2020) em nível estadual, torna-se imprescindível para compreender os desafios que diferentes docentes têm enfrentado com a implantação do Novo Ensino Médio. Entender a trajetória da implantação e os desafios enfrentados por docentes da educação básica na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), em especial na disciplina de Geografia, é o que propõe a pesquisa de mestrado em desenvolvimento intitulada “O ensino de Geografia: desafios da docência com a implantação do Novo Ensino Médio”, e este trabalho é parte dessa investigação, que utilizou a abordagem qualitativa, envolvendo análise documental e revisão da literatura, para entender os desafios enfrentados pelos docentes gerados por esses



documentos e que ao final da investigação pretende-se ressaltar possíveis alternativas para superá-los.

Concebendo há necessidade de tencionar algumas perguntas direcionadoras como: Qual o papel e a importância da Geografia Escolar no Novo Ensino Médio? Quais desafios foram impostos a docentes com a implantação do Novo Ensino Médio, em especial para a disciplina de Geografia, que agora compõe a área das CHSA? No decorrer desse trabalho serão apresentadas algumas discussões sobre o ensino de Geografia e o contexto da Educação Básica em que o Brasil tem vivenciado com a implantação da BNCC.

Objetiva-se nesse trabalho analisar os desafios da docência com a implantação do Novo Ensino Médio a partir da introdução do DC Goiás (GOIÁS, 2018) advinda da BNCC (BRASIL, 2018). Para isso, realizou-se uma análise nesses documentos refletindo-se sobre a proposta de ensino de Geografia para a etapa do Ensino Médio.

## **METODOLOGIA**

O percurso metodológico desse trabalho seguiu a abordagem qualitativa com a intenção de tencionar a abordagem que permeia a questão norteadora que desse trabalho, ou seja, sobre a implantação do Novo Ensino Médio e os desafios para a docência e em especial para a docência no ensino de Geografia.

O Centro em Período Integral João Roberto Moreira (CEPI), foi o colégio escolhido para a realização da pesquisa na Rede Estadual de Educação no município de Jataí - GO. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação que de acordo com Gil (2006) “[...] se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”. Trata-se da pesquisa-ação pois a pesquisadora faz parte do processo de implementação do NEM em Jataí e compôs as equipes de análise dos documentos para sua efetivação.

As etapas dessa pesquisa é análise documental (BNCC, NEM, DC-GO, Diretrizes Operacionais do Estado e Goiás, Matriz Curricular, SIAP (planos de aulas dos docentes de Geografia no Ensino Médio) e a revisão da literatura com as discussões teóricas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesse contexto de mudanças apresentadas pelas normativas para o Novo Ensino Médio, chama-se a atenção a forma como está sendo trabalhada nas escolas estaduais de Goiás, a disciplina de Geografia, e ainda, como está sendo construídos os planejamentos de aulas a partir do entendimento de docentes frente a essas mudanças curriculares que reduziu



consideravelmente o tempo de aulas semanais trazendo prejuízos a aprendizagem de estudantes da educação básica.

As reflexões a respeito da importância da disciplina de Geografia e da Educação Geográfica na educação básica e da interdisciplinaridade tem sido pauta de discussões por vários autores que investigam a temática no Brasil, entre eles, Peroni (1917, p.418), para a autora, “As reformas na educação brasileira fazem parte de um projeto que não dialoga com os principais envolvidos nas propostas em curso – professores, alunos, comunidade escolar, e apresenta-se como uma afronta à democracia”, se não é garantida as especificidades disciplinares, como promover uma interdisciplinaridade? Para Fazenda (2002, p.14), deve-se compreender a importância da interdisciplinaridade na esfera educacional, que vai além dos requisitos acadêmicos. Para a autora, é preciso compreender o objetivo da interdisciplinaridade que “é formar seres humanos completos, que sejam cidadãos conscientes de seus papéis na sociedade”.

Para Straforini (2018, p.192), “a Geografia Escolar tem um papel importante na formação dos estudantes, uma vez que ela é capaz de fornecer ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão da realidade social e espacial em que vivemos [...]”. Nesse entendimento, é compreendido, e aqui reforçar-se a necessidade de evidenciar, que refere-se a formação de sujeitos que vivenciam o/no mundo e suas espacialidades, o que não é exclusividade de quem irá fazer o curso de Geografia e áreas afins.

Tal reflexão, é destacada por Cavalcanti (2019, p.65), ao afirmar que, “[...] a busca por ensiná-la de modo que seja significativa para os alunos leva a definir como meta a formação, por meio dos conteúdos veiculados em sala de aula, de um modo de se pensar a realidade, de se pensar geograficamente”, a autora continua, “a Geografia passa a integrar a área de Ciências Humanas, com a ameaça de ser efetivamente, descaracterizada, secundarizada, diminuída em conteúdos fundamentais” (CAVALCANTI, 2019,p.55).

Para Lima (2020, p.18), [...] a retirada da identidade das disciplinas com o discurso da interdisciplinaridade porque pode permitir que todo professor formado em qualquer componente curricular que acompanha as Ciências Humanas poderá ministrar aulas, independentemente de sua formação inicial” – aqui estaria uma grande tragédia para a autora. A BNCC,

As reflexões apontadas anteriormente, têm sido visualizadas a partir da análise dos documentos reguladores do Novo Ensino Médio, nos documentos oficiais dos quais sujeitos que são docentes na educação básica precisam seguir, o modelo de ensino “nasce” com



fragilidades e que apresenta na sua base de implementação a ausência da comunidade escolar e acadêmica nas discussões sobre denominada reforma do Ensino Médio.

Considerando que o ensino médio é a etapa final da Educação Básica, ele deve ser entendido e garantido enquanto direito público de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do país tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência, as especificidades das áreas para assegurar a construção das aprendizagens de cada estudante, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras.

De acordo com Straforini (2018, p.192), a Geografia Escolar tem um papel importante na formação dos estudantes, uma vez que ela é capaz de fornecer ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão da realidade social e espacial em que vivemos. Dessa forma, a Geografia Escolar tem a função de formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de compreender as dinâmicas sociais, políticas, culturais que coexistem em diferentes espaços geográficos.

Portanto, ensinar Geografia não poderia consistir em uma ação de transmissão de conteúdos por si mesmos, mas deveria ser uma ação que ensinasse a se fazer a análise geográfica de fatos e fenômenos. Para a autora Cavalcanti,

[...]ensinamos Geografia para que o aluno aprenda a pensar geograficamente. Portanto, o pensamento geográfico é a capacidade geral de realizar a análise geográfica de fato ou fenômenos. Nessa perspectiva, venho firmando a concepção de que o raciocínio geográfico é um modo de operar com esse pensamento. São raciocínios específicos articulados pelo pensamento geográfico (CAVALCANTI, 2019, p.64).

Santos e Souza (2021, p.11), ao propor tratar um determinado conteúdo, afirmam que “é necessário ter operado mentalmente com a análise, com a síntese sob ele, ou seja, identificar as partes e entender como elas se comportam no todo, constituindo-se um fenômeno espacial”. Esse entendimento se aplica a todos os conteúdos, por meio dos quais objetiva-se construir conceitos.

Para Fazenda (2002), muito mais que acreditar que a interdisciplinaridade se aprende praticando ou vivenciando, encontra acoplada às dimensões advindas de sua prática em situação real e contextualizada (FAZENDA, 2002, p. 14). É nesse sentido que Fazenda reitera que a compreensão da interdisciplinaridade vai além da mera verdade de que se aprende ao praticar ou vivenciar, ou seja, está intrinsecamente ligada às dimensões derivadas de sua aplicação em situações reais e contextualizadas, que para a Geografia estão diretamente relacionadas a compreensão do espaço geográfico.





## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino estaduais tiveram diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas por ela, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica.

Nesse sentido, com o intuito de iniciar o cumprimento da legislação vigente, a matriz curricular do ensino médio em tempo parcial e tempo integral da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC/GO), a partir do ano letivo de 2020, foi dividida em duas partes: a primeira destinada ao atendimento a BNCC, na qual, oferta os componentes curriculares obrigatórios e, a segunda, destinada à Flexibilização Curricular/Itinerários Formativos, ofertando os componentes eletivos, o Projeto de Vida e as Trilhas de Aprofundamento. O Documento Curricular para Goiás - Etapa Ensino Médio (DC-GOEM), em específico a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mantém esse arcabouço fundante da proposta nacional.

O Estado de Goiás, nos anos de 2020/2021, iniciou a implantação do Novo Ensino Médio, com a carga horária de 1.800 (mil e oitocentas) horas das 3.000 (três mil) horas de carga horária total para esse nível de ensino. As 1.200 (mil e duzentas) horas restantes foram destinadas à oferta da denominada Flexibilização Curricular.

Ao analisar as matrizes curriculares do Ensino Médio dos Centros de Ensino em Período Integral de 9h30min do Estado de Goiás 2020/2021, antes da implantação do Novo Ensino Médio a carga horária da disciplina de Geografia correspondia a 2 (duas) aulas semanais, assim como as demais disciplinas das Ciências Humanas, conforme apresenta na figura 01, abaixo.

**Figura 01- Matriz Curricular do E.M. (2020 – 2022) de 9h30min -antes do Novo Ensino Médio**

Núcleo	Área de Conhecimento	Componentes Curriculares	Série/Carga horária Anual					
			1ºEM	CH/A	2ºEM	CH/A	3ºEM	CH/A
Núcleo Básico Comum	Ciências Humanas e suas Tecnologias	<b>Geografia</b>	2	80	2	80	2	80
		<b>História</b>	2	80	2	80	2	80
		<b>Filosofia</b>	1	40	1	40	1	40
		<b>Sociologia</b>	1	40	1	40	1	40

Fonte: Organização da autora, 2023, com base na Matriz Curricular do E.M. (2020-2022) para os CEPIS., E.M., SEDUC.

Com a reforma do Novo Ensino Médio, a matriz curricular 2022/2023, teve alterações na carga horária, todas as disciplinas da área passaram para 1 aula semanal, especificamente a disciplina de Geografia foi reduzida em 50%, conforme apresenta em destaque na figura 02.

Figura 02- **Matriz Curricular do E.M. (2023) de 9h30min. com a implantação do Novo Ensino Médio**

Núcleo	Área de Conhecimento	Componentes Curriculares	Série/Carga horária Anual					
			1ºEM	CH/A	2ºEM	CH/A	3ºEM	CH/A
Núcleo Básico Comum	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	<b>Geografia</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>1</b>	<b>40</b>
		História	1	40	1	40	1	40
		Filosofia	1	40	1	40	-	-
		Sociologia	1	40	-	-	1	40

Fonte: Organização da autora, 2023, com base na Matriz Curricular do E.M. (2023) para os CEPIs, E.M., SEDUC.

Conforme o recorte da matriz curricular 2023, apresentada na figura 02, às disciplinas de Geografia e História deixaram de ter 2 (duas) aulas semanais e passaram a ter apenas 1 (uma) aula semanal. As disciplinas de Filosofia e Sociologia tinham 1 (uma) aula semanal, com o Novo Ensino Médio e seguindo as orientações da BNCC, passam ofertar a disciplina de Filosofia nos 1º e 2º anos, apenas 1 (uma) aula semanal, a disciplina de Sociologia também houve redução na quantidade de aulas a serem ministradas na rede estadual de ensino, sendo ofertada nos 1º e 3º anos, 1(uma) aula semanal.

Ao analisar os desafios da docência no Novo Ensino Médio, impactados pelas alterações direcionadas pelos referidos documentos oficiais, foi possível identificar que as presenças e/ou ausências da Geografia num currículo denominado de interdisciplinar da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, reproduz esvaziamento dos componentes curriculares fundamentais da disciplina de Geografia e por conseguinte para estudantes, ou seja, a não apropriação de alguns conceitos importantes para a formação básica cidadã desses sujeitos.

Nesse sentido, os conteúdos de Geografia, essências para a formação básica de cada estudante, acaba sendo deixado de lado, para atender as demandas destinadas a trabalhar com os denominados Itinerários Formativos que cada estudante pode optar por fazer ou não, mediante seus interesses ou projeto de vida, proposto pela BNCC (2018), e incorporado pelo DC-GOEM (2018).

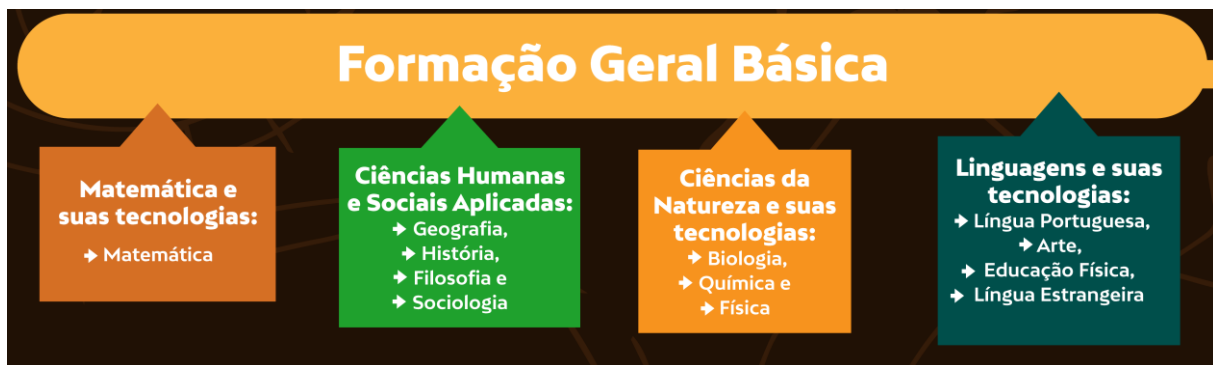
A interdependência entre a compreensão de conteúdo e método enfrenta desafios quando não se define de maneira inequívoca o papel desempenhado por cada área do



conhecimento, como por exemplo das CHSA, composta pela História, Geografia, Filosofia e Sociologia no contexto escolar. Esta reflexão precisa ser aprofundada, uma vez que os objetivos de aprendizagem específicos de cada disciplina não são claramente delineados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio.

Conforme citado anteriormente, Cavalcanti (2019) alertou sobre a preocupação de não garantir cada uma das disciplinas e das possíveis consequências de integrarem a área de CHSA e ressaltou de que isso pode provocar a sua secundarização. O que a autora mencionou, foi observado após a análise do documento oficial orientador, o Documento Curricular Goiás para o Ensino Médio na Rede de Ensino do Estado de Goiás. Desde 2022 (GO), as disciplinas de base passaram a ser agrupadas em áreas do conhecimento, ver figura 03, abaixo:

Figura 03- Novo Ensino Médio SEDUC- GO



Fonte: SEDUC (2020), <https://site.educacao.go.gov.br/novo-ensino-medio>.

A Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC) em 2020, iniciou o aumento progressivo da carga horária, que eram, no mínimo, 800 horas-aula por ano (total de 2.400h, em todo ensino médio). Com o Novo Ensino Médio (NEM), a carga passou para 3.000 horas ao final dos três anos. A SEDUC em Goiás no ano de 2020, iniciou a ampliação do Projeto de Vida (PV) e projetos de eletiva nos primeiros anos. Em 2023, a implementação segue mantendo nos 1º anos e foi incluído nos 2º anos.

Ao analisar o Documento Curricular do Estado de Goiás, especificamente as matrizes curriculares para as escolas Estaduais de Ensino Médio, foi observado que nas matrizes após a implantação do Novo Ensino Médio, às disciplinas da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, houve uma redução significativa nas aulas destinadas a estas disciplinas. Com esta redução das aulas houve também a redução dos conteúdos fundamentais para a formação básica dos estudantes, ocorrendo assim, o esvaziamento das disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com isso, fragilizando a aprendizagem de cada estudante quanto aos





conhecimentos específicos de cada uma dessas disciplinas que compõem áreas do conhecimento que são fundamentais para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

No Projeto Político Pedagógico (PPP), do Centro de Ensino em Período Integral João Roberto Moreira a Proposta Pedagógica é fundamentada no Instituto de Corresponsabilidade de Educação (ICE), bem como subsidiada nas diretrizes educacionais da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás (SEE/GO), na legislação em vigor (BNCC, DC-GO) e no novo modelo de educação de Ensino Médio em Tempo Integral para o Estado de Goiás. Nessa estrutura, tanto docentes quanto estudantes dedicam-se em tempo integral à escola.

Nessa estrutura curricular, cabe a cada estudante, além das aulas que constam no currículo escolar comum, cursar outras denominadas de Projeto de Vida que segundo o documento contribuirá para a formação do cidadão para o século XXI. O que está em conformidade com a concepção de ensino apresentada pela BNCC, antes o modelo do Ensino Médio (EM) tinha o caráter propedêutico agora, a proposta é dar uma formação voltada ao mercado de trabalho, orientação explícita nos documentos oficiais da Educação Básica do Estado de Goiás.

A carga horária e a metodologia de acompanhamento estabelecida no CEPI João Roberto Moreira, foram ampliadas para atender o modelo de escola em Tempo Integral estendendo o tempo de permanência do estudante na escola. A organização desta unidade escolar prevê Itinerários Formativos/ Integração Curricular onde são trabalhadas as Atividades Integradoras e as Atividades de Aprofundamento Curricular, e o núcleo de Formação Geral Básica sendo trabalhado os componentes curriculares, ou seja, as áreas do conhecimento entre essas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

No Projeto Político Pedagógico do CEPI João Roberto Moreira, observa-se que mesmo tendo ampliado o tempo de permanência do estudante e seu tempo de estudos, a disciplina de Geografia com o Novo Ensino Médio é reduzida para inserção de outros componentes que fazem parte do currículo como os Itinerários Formativos que tem caráter preparatório para o mercado de trabalho, conforme a BNCC (2018) apresenta, mantendo um alinhamento com as orientações advindas dela.

A BNCC para o Ensino Médio, assim como para o Ensino Fundamental, está organizada em quatro Áreas do Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Cada área possui competências específicas que devem ser desenvolvidas no decorrer do Ensino Médio, outras, que foram iniciadas no Ensino Fundamental, e devem ser aprofundadas. A



disciplina de Geografia deixa de ser ministrada pelo docente como disciplina e passa a compor a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, descaracterizando as especificidades disciplinares.

As incertezas quanto à continuidade ou revogação do NEM, e as críticas à BNCC têm sido recorrentes, entende-se que há sim inconsistências e fragilidades que precisam ser analisadas e debatidas por docentes, estudantes e comunidade como um todo e a acadêmica em específico. Dúvidas quanto à permanência ou não das orientações sobre o Novo Ensino Médio, continuam, mas as definições da SEDUC, que estão pautadas nos documentos oficiais BNCC, NEM e DC-GOEM continuam sendo enviadas para as escolas.

Conforme surgem as demandas de implementação, documentos estaduais oficiais estão sendo produzidos a partir das diretrizes existentes, e tem a cada dia engessado ainda mais o fazer pedagógico docente, limitando a autonomia em sala de aula. É preocupante, pois a autonomia docente é essencial para promover a criatividade, a inovação e a adequação ao contexto específico de cada escola na qual está inserido. Cavalcanti (2019) ressalta a importância de se considerar, no tratamento didático-pedagógico dos conteúdos geográficos, os conhecimentos cotidianos de estudantes, aqueles que são adquiridos em sua prática cotidiana, tendo assim seu lugar como escala de análise dos fenômenos e processos estudados. A seleção de conteúdos não deve ser apenas um modo de aprender Geografia, mas aprender, por meio do conhecimento geográfico, o mundo que podemos (re)construir.

O Novo Ensino Médio trouxe consigo a ideia de flexibilização curricular, que segundo a BNCC, tem o potencial de enriquecer a educação ao permitir que os estudantes escolham parte do currículo de acordo com seus interesses e aptidões. No entanto, a implementação dessa flexibilização tem sido ponto de atenção, pois nem todo estudante ao fazer escolhas de fato consegue optar por componentes que contemplem conteúdos que vão auxiliar nas suas ações futuras, por diversos fatores, seja pela oferta desses itinerários ser em número insuficiente para a demanda, ou seja, pelas opções que nem sempre correspondem aos interesses de estudantes, tornando ineficientes.

Dessa forma, o Novo Ensino Médio tem sido um fator de estresse e desgaste para a comunidade escolar que entende que a reforma não tem apresentado impactos positivos relevantes na formação de estudantes da educação básica, como deveria ser ao articular uma reforma educacional, porém, ao contrário do que se propaga, da forma que foi articulada sem o devido diálogo com os verdadeiros interessados que são estudantes, docentes e toda comunidade educacional efetivamente, tem esvaziado conteúdos fundamentais e assim, fragilizado o ensino como um todo, e o de Geografia aqui em especial.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma do Ensino Médio, como dito anteriormente, com a suposta intenção de promover melhorias na qualidade da educação no Brasil, gerou debates acalorados desde o momento de sua concepção. Uma das principais críticas que ecoam na comunidade educacional é a percepção de que essa reforma, em vez de aprimoramento, esvaziou fundamentos essenciais que devem compor as matrizes curriculares dos estados, trazendo consigo uma série de desafios e demandas.

Um dos pontos mais controversos da reforma foi a redução da carga horária de disciplinas importantes e consolidadas no campo científico e escolar. Disciplinas como Geografia, História, Filosofia, Sociologia, fundamentais para a formação científica dos estudantes, viram seus conteúdos serem desconsiderados, se não retirados, deixando lacunas no conhecimento de estudantes. Essa mudança preocupante abre espaço para uma educação fragmentada, fragilizada em áreas cruciais para o desenvolvimento intelectual e a compreensão do mundo.

A Reforma do Ensino Médio, apresenta desafios que precisam ser enfrentados, reforça-se aqui a redução da carga horária de disciplinas da base comum curricular e a inserção de componentes curriculares como os Itinerários Formativos, tal alteração faz emergir um alerta de como estão sendo trabalhados componentes curriculares nas unidades escolares mediante a orientação da BNCC, questões que exigem atenção. Principalmente à diluição da Geografia dentro do itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destaca-se a importância da presença consistente da Geografia Escolar como elemento fundamental do currículo em todas as séries do Ensino Médio. Essa presença se caracteriza pela oportunidade que oferece aos estudantes de compreenderem a singularidade de suas vidas, confirmando sua identidade e pertencimento ao mundo contemporâneo.

Somente por meio desse diálogo e de uma análise crítica das políticas educacionais é possível promover mudanças positivas e garantir que as matrizes curriculares atendam às necessidades reais dos estudantes, da comunidade escolar e da ciência em questão.

Ao investigar os desafios da docência no Ensino Médio, por meio dos documentos oficiais e das alterações do Novo Ensino Médio, foi possível perceber que as presenças e/ou ausências da Geografia num currículo denominado interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas trouxeram o esvaziamento curricular da disciplina de Geografia e como consequências para estudantes a não apropriação/construção de alguns conceitos importantes para a sua formação básica, gerando uma lacuna na aprendizagem.



Nesse sentido, os conteúdos de Geografia, essências para a formação básica de estudantes, acabaram sendo deixados de lado, para atender as demandas em trabalhar com os Itinerários Formativos que cada estudante possa optar por estudarem ou não mediante seus interesses ou projeto de vida, proposto pela BNCC, e incorporado pelo DC-GOEM.

Essa pesquisa possibilita refletir sobre alguns dos desafios que docentes da educação básica estão vivenciando com a implantação do Novo Ensino Médio, destaca-se que são imensos e que é fundamental tensionar reflexões sobre esse processo de mudança e/ou precarização da/na educação. Sabe-se que não existem direcionamentos rígidos e precisos para superar os desafios e as demandas, mas, pode-se buscar entender quais situações necessitam de intervenções e a partir delas propor alternativas que possam superá-las.

Entende-se que muitos são os desafios para trabalhar com os documentos orientadores do Novo Ensino Médio, o que torna importante refletir sobre eles, para compreender quais são os desafios que docentes da educação básica estão vivenciando, o que já é possível perceber como resultado dessa pesquisa é a significativa redução da carga horária semanal nas aulas de Geografia e demais disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, as disciplinas de base passaram a ser agrupadas em áreas do conhecimento provocando o esvaziamento dos conteúdos importantes para a formação de seres humanos críticos, e atuantes no local onde estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:** [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 13/08/2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A GEOGRAFIA E A REALIDADE ESCOLAR CONTEMPORÂNEA: AVANÇOS, CAMINHOS, ALTERNATIVAS**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas**. Em: FAZENDA, Ivani (Org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cotez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Cqgn6mVxtGt7fLNpTgXwS5L/?lang=pt&format=pdf>



GALIAN, Cláudia Valentina A.; LOUZANO, Paula B. Jorge. **Michael Young e o campo do currículo: da ênfase do “conhecimento poderoso”**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, out./dez. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. \_  
Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. **Documento Curricular de Goiás** – Secretaria Estadual de Educação, 2020.  
<https://site.educacao.go.gov.br/novo-ensino-medio>.

OLIVEIRA, Suzana Ribeiro lima; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; **A Pesquisa na Formação Docente em Geografia e a Relação Teórica e Prática**. Coleção Pesquisa NEPEG: Formação de Professores de Geografia no Brasil. Org. Eliana Marta Barbosa de Moraes e Denis Richter. C&A Alfa Comunicações, Goiânia- Go, 2020.

PERONI Vera; CAETANO Maria Raquel e Paula de LIMA Paula de; **Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: [www.esforce.org.br](http://www.esforce.org.br)

SANTOS, Luline Silva Carvalho; SOUZA, Vanilton Camilo. **Pensar e Raciocinar: A Geografia como instrumento de cognição**. Signos Geográficos, v. 3, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/67379>

SEDUC/GO. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2020-2022**. Goiânia-GO, 2020.

SEDUC/GO. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2023**. Goiânia-GO, 2023.

STRAFORINI, Rafael. **O ensino de Geografia como prática espacial de significação**. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.